

O governo pretende liberalizar economia *Bran*

DO ENVIADO ESPECIAL

Uma política consistente que estimule a elevação dos juros bancários no mercado; a redução das tarifas alfandegárias, com exceção da indústria automobilística; e a progressiva liberação do sistema de preços da ditadura do CIP são três dos pontos mais importantes da nova política econômica que está sendo praticada pelo governo federal. Essa política não será implantada pela via normal de um pacote de medidas, mas pela linha coerente de decretos e portarias, dos quais o congelamento da URP apenas expõe a ponta do iceberg.

Na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, principalmente no edifício do Congresso Nacional, circulam informações insistentes entre pessoas normalmente bem informadas de Brasília, de que o ministro da Fazenda, Mafíson da Nóbrega, levou em sua bagagem na viagem aos Estados Unidos algo bem mais substancial do que a redução dos gastos com o funcionalismo pelo congelamento da URP. Há indícios de que, na nova política econômica, os subsídios regionais poderão ser, se não cortados, no mínimo congelados por um período determinado de tempo, numa prova que o governo pretende dar à sociedade de que está mesmo disposto a abandonar a receita populista e abraçar o liberalismo econômico.

As informações de Brasília dão conta de que as medidas, originalmente propostas pelos ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Ernane Galvêas, foram adaptadas pelos ministros da Fazenda, Mafíson da Nóbrega, e do Planejamento, João Ba-

tista de Abreu. Numa reunião com os chefes do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Militar, general Bayma Denis, e do EMFA, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, e os ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, da Marinha, almirante Henrique Sábóia, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, foi conseguida não apenas a adesão militar ao congelamento da URP, mas, também, uma coesão a respeito da necessidade das outras medidas ainda não anunciadas.

Segundo essas informações, que já atravessaram a pista de concreto que separa o Palácio do Planalto do Congresso Nacional, Mafíson da Nóbrega embarcou para os

Estados Unidos com a certeza de que sua política será cumprida à risca, e com respaldo do governo, mesmo que desperte reações mais exasperadas dos outros poderes. Observadores atentos da cena já chegaram à conclusão de que o governo não enfrentará problemas mais graves junto ao Congresso Constituinte, em cujos corredores passeia o temor sinistro de uma intervenção autoritária, se a situação econômica se agravar. A reação mais irritada também não está sendo registrada nos quartéis, mas na Justiça. O decreto que congelará a URP, por exemplo, é considerado nos corredores do Poder Judiciário, uma versão neo-republicana do famigerado AI-5 da ditadura militar.

J.N.P.